

V Encontro Internacional de Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito Social

Plano Popular do Corredor das Tropas: experiência de assessoria técnica na construção de um contraprojeto em Pelotas, RS

André de Oliveira Torres Carrasco
Flávia Pagnoncelli Galbiatti
Rodolfo Barbosa Ribeiro

As reflexões apresentadas a seguir estão relacionadas com a experiência do Plano Popular do Corredor das Tropas/Passo dos Negros, assentamento precarizado localizado na cidade de Pelotas/RS. Este Plano foi o resultado de uma ação de extensão/assessoria técnica desenvolvida a partir da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, no âmbito do curso de Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAUE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2022.

A cidade de Pelotas está situada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, com cerca de 340 mil habitantes. A região do Passo dos Negros, às margens do Canal São Gonçalo, tem a produção do espaço habitado marcada pela atividade charqueadora - baseada na exploração de pessoas negras escravizadas -, posteriormente pela implantação de vilas operárias insuficientes, e consolidada a partir de loteamentos precarizados criados pelo poder público, seguido por ocupações irregulares. Nessa região, há um conjunto de referências relativo à história e à cultura do Passo dos Negros e diversos núcleos habitacionais, entre eles, a ocupação do Corredor das Tropas.

Recentemente, essa área se transformou em uma zona preferencial de investimentos imobiliários públicos e privados, movimento que tem como consequência a instauração de ações diretas e indiretas voltadas à forçar a expulsão de seus moradores.

A Ocupação do Corredor das Tropas se caracteriza por abrigar uma comunidade tradicional, localizada sobre o caminho histórico de conexão entre o Passo dos Negros e a região norte da cidade. Uma área remanescente de antigas charqueadas, com conflitos cadastrais e fundiários, caracterizada pelo III Plano Diretor Municipal de Pelotas como vazio urbano sem área construída e cuja posse das propriedades é incerta.

Atualmente a ocupação é formada por 17 famílias, totalizando 60 pessoas, com vínculo intrínseco com a região do Canal São Gonçalo, tanto pelo tempo de moradia na ocupação e no entorno, como pelas relações familiares e de trabalho com as comunidades próximas.

Em 2018, teve início um processo de reintegração de posse, com causa perdida em primeira instância. Destaca-se, nesse processo, o pedido de usucapião para oito famílias moradoras da ocupação à época, como parte da atuação da Defensoria Pública. O processo segue em andamento.

Como uma forma de enfrentamento ao avanço dos empreendimentos imobiliários, os

moradores, em parceria com o Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel) elaboraram, em 2018, um dossiê pela patrimonialização do Passo dos Negros.

Com o agravamento das ameaças de remoção e a aproximação entre o GEEUR/UFPel e os residentes da RAUE/UFBA/UFPel, em 2021, articularam-se possibilidades de fortalecimento do processo de resistência dos moradores do Corredor das Tropas, ocupação de maior vulnerabilidade dentre os núcleos habitacionais do Passo dos Negros.

Dessa forma, os moradores junto à Universidade, elaboraram o “Plano Popular do Corredor das Tropas: uma contraproposta para a disputa da produção do espaço habitado no Passo dos Negros, Pelotas/RS”, como ferramenta de disputa pela permanência qualificada dos moradores.

O Plano Popular reuniu propostas de diferentes escalas, articulando a permanência dos moradores com a manutenção do patrimônio histórico e a recuperação do ambiente natural, estabelecendo-se como uma ferramenta de discussão sobre o futuro dessa região. Está em andamento o processo de articulação de uma audiência pública a fim de divulgar as propostas elaboradas e dar início ao processo de negociação para a permanência dos moradores.

Nesse caso específico, em linhas gerais, podemos destacar as seguintes contribuições para a teoria e a prática do planejamento insurgente.

Em relação à teoria, as arquitetas e arquitetos envolvidos puderam esboçar algumas reflexões a respeito dos fundamentos teóricos/críticos e metodológicos de um *contra-projeto*. Na medida em que o Estado e a iniciativa privada buscavam realizar seu Projeto para a região, foi construída a compreensão de que a disputa deveria ocorrer (considerando o contexto local) a partir das mesmas categorias adotadas pelas forças hegemônicas, essencialmente técnicas, porém subvertendo seu sentido.

Em relação à prática do planejamento insurgente, podemos destacar o trabalho com uma comunidade extremamente empobrecida e sem qualquer organização e mobilização prévia, situação bastante comum em contextos não metropolitanos.

No que se refere às lutas relacionadas ao trabalho gênero e raça, no caso brevemente descrito anteriormente, diante de suas particularidades, não foi possível alcançar estas questões de forma direta. A equipe de assessoria técnica foi confrontada com uma situação de extrema vulnerabilidade social, na qual duas questões colocavam-se como centrais para os moradores: sua subsistência e sua moradia. O trabalho de assessoria técnica foi desenvolvido ainda durante a pandemia de Covid-19. Boa parte das famílias contavam com pessoas desempregadas e sem fonte de renda. A questão do trabalho surgia principalmente como possibilidade futura, desde que não houvesse a remoção do assentamento.

Quanto aos sujeitos coletivos que emergem dessas experiências, no caso dessa ocupação, sendo um grupo de moradores sem organização prévia, é possível identificar o processo de elaboração de uma alternativa à ameaça de remoção como um processo de organização de base e de formação. Contudo, é uma situação de extrema vulnerabilidade, somada às ações assistencialistas que fazem a manutenção do sistema de dependência e dificultam a

construção de sujeitos coletivos. Assim, não se chegou a uma organização consolidada, mas houveram transformações nas perspectivas das lutas coletivas.

No que se refere aos processos de cartografias e imaginações espaciais, pode-se ressaltar a construção de um reconhecimento do contexto e dos conflitos a partir dos mapas, ainda que a emergência das situações aceleram o processo e demandam respostas mais imediatas.

Outra questão de destaque a partir da experiência do Plano Popular do Corredor das Tropas, é o papel da oralidade como ferramenta de construção coletiva de leitura do contexto e conflitos estabelecidos.

E sobre as possibilidades que emergem das técnicas de mapeamento, é possível ressaltar a apropriação da técnica, no qual o conjunto de trabalhos do Plano Popular se tornam referências dos debates. Nesse sentido, o processo de mapeamento do território e elaboração de uma contra proposta também contribui para a construção da autonomia das bases, a partir da coordenação das respostas

Nessa experiência também foi realizado o auto cadastramento dos moradores, com o objetivo de contraposição ao cadastro do poder público, que não reconhece a legitimidade da ocupação, e também como possibilidade de uma leitura dos próprios moradores sobre o território. E assim, também identificar e caracterizar a diversidade da demanda e as especificidades dos processos, dos grupos e das alternativas.

Em relação às reflexões e desafios enfrentados entre assessoria e moradores/es, podemos destacar, a partir da experiência descrita, três desafios principais.

Primeiro, a forma como o tempo se coloca, principalmente como limitador e/ou produtor de conflitos. Foi constante a tensão produzida por conta da relação entre a emergência da situação e os processos para a construção de uma alternativa; entre a necessidade de continuidade do processo e o enfrentamento das dinâmicas temporais do poder público (rápidos para promover a remoção, lentos para apresentar respostas, produzindo desorganização, etc.) e entre a dinâmica de ocupação transitória de famílias das áreas mais precarizadas e a necessidade de se estabelecer uma ocupação consolidada como argumento contra a remoção.

Segundo, questões relativas à organização de base. Quando não há organização prévia dos moradores (provavelmente a maior parte das ocupações em risco de remoção e em áreas precarizadas) o processo de construção de uma alternativa também assume o papel de instância de formação de uma organização interna dos moradores. Por um lado, isso permite que o projeto também se apresente como processo de criação de sujeitos coletivos. Mas por outro, pode colocar a assessoria técnica em uma posição de protagonismo não desejada.

E terceiro, a viabilização econômica tanto dos processos de assessoria como para a realização da proposta elaborada.

E sobre a necessidade, papel, possibilidades e limites das assessorias, enquanto “a

técnica” não for democratizada e acessível, as assessorias são necessárias para contribuir para a luta por moradia digna e ampliação do acesso a direitos básicos. E, como instituições externas às comunidades, as assessorias contribuem na legitimação dos processos de resistência frente ao poder público.

As assessorias técnicas também possibilitam a modificação das próprias disciplinas, como é o caso da arquitetura e do urbanismo. Nesse sentido, provocam-se reflexões sobre o processo de projeto participativo, as transformações no processo de projeto, as relações entre técnicos e moradores, e as metodologias de interação.

Enfrentam limites, como já apresentados, em relação aos tempos, ao financiamento, ao papel assessoria técnica/militante que atua na mobilização

O “Plano Popular do Corredor das Tropas: uma contraproposta para a disputa da produção do espaço habitado no Passo dos Negros, Pelotas/RS” está disponível na integral através do link: <https://bityli.com/mgOxmONDL>.